



History of Education in Latin America - HistELA

This work is licensed under a [Creative Commons — Attribution 4.0 International — CC BY 4.0](#)

Antonieta de Barros: representações e intelectualidade vinculadas ao Dia do Professor

Antonieta de Barros: representations and intellectuality linked to Teacher's Day

Ana Beatriz Paiva Mendonça

Orcid: 0009-0000-4845-5467

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil, Email: beamendoncaa@gmail.com

Débora Cristina de Souza Pereira

Orcid: 0009-0005-1107-1888

Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Brasil, Email: debora07cristina.s@gmail.com

Mayara Becker Oliveira da Silva

Orcid: 0000-0002-2693-0201

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil, Email: mayarabeckeros@gmail.com

Vinicius Carlos da Silva

Orcid: 0000-0001-7958-726X

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlos, Brasil,
Email:viniciuscdaasilva89@gmail.com

DOI: 10.21680/2596-0113.2025v8n1ID42104

Citação: Mendonça, A. B. P; Pereira, D. C de S.; Silva, M. B. O. da; Silva, V. C da. (2025). Antonieta de Barros: representações e intelectualidade vinculadas ao Dia do Professor. *History of Education in Latin America - HistELA*, 8(1). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/42104>

Conflito de interesses: Os autores declaram que não existem interesses concorrentes.

Editora: Olivia Morais de Medeiros Neta

Recebido: 15/11/2025

Aprovado: 23/11/2025

OOPEN ACCESS

Resumo

Este artigo analisa a trajetória intelectual e política de Antonieta de Barros, primeira mulher negra eleita deputada em Santa Catarina e atuante como educadora, jornalista e escritora no início do século XX. O objetivo é compreender como sua atuação contribuiu para os debates educacionais e para a institucionalização do Dia do Professor e como suas ações foram repercutidas na imprensa contemporânea. Com abordagem qualitativa e histórico-documental, situa-se no campo da História da Educação, nos estudos de gênero e no pensamento feminista negro. São utilizadas fontes periódicas da época e literatura acadêmica. Os resultados evidenciam sua defesa da educação como direito social, sua ação antirracista e seu compromisso com a alfabetização de crianças negras e pobres. Conclui-se que sua trajetória permanece fundamental para compreender lutas por equidade, reconhecimento docente e participação de mulheres negras na vida pública.

Palavras-chave: Antonieta de Barros. História da Educação. Intelectualidade negra. Gênero e raça. Dia do Professor.

Abstract

This article analyzes the intellectual and political trajectory of Antonieta de Barros, the first black woman elected to Congress in Santa Catarina and active as an educator, journalist, and writer in the early 20th century. The objective is to understand how her work contributed to educational debates and the institutionalization of Teacher's Day and how her actions were reported in the contemporary press. With a qualitative and historical-documentary approach, it is situated in the field of History of Education, gender studies, and black feminist thought. Periodical sources from the time and academic literature are used. The results highlight her defense of education as a social right, her anti-racist actions, and her commitment to the literacy of black and poor children. It concludes that her trajectory remains fundamental to understanding struggles for equity, teacher recognition, and the participation of black women in public life.

Keywords: Antonieta de Barros. History of Education. Black intellectuality. Gender and race. Teacher's Day.

Introdução

Quando pensamos sobre o cenário educacional brasileiro da centúria passada, é possível identificar discussões acerca de ideias pedagógicas e problemáticas voltadas para o contexto nacional de instrução pública. Para Saviani (2007), desde o período após a Proclamação da Independência, em 1822, existia a necessidade de criar e regulamentar uma legislação especial sobre a instrução pública, requerendo uma urgente solução para um plano comum a ser implementado em todo o território do Estado. Contudo, é notório que, apesar de ocorrer mudanças implementadas como política públicas voltadas à educação, mobilizadas partes por intelectuais e parte por políticos, o Governo não foi capaz de assegurar, por um longo tempo, à população brasileira, os seus direitos básicos - como o direito à educação.

Imersos no processo de regulamentação, sistematização e aperfeiçoamento do ensino, as discussões perpassaram ao longo de alguns séculos, até tomarem materialidade. Evidencia-se a educação como um campo de disputa tanto pelas elites brasileira, como por outros sujeitos e grupos sociais - como políticos e intelectuais -

impulsionados por ideologias e objetivos diferentes. Neste ínterim, emergiram diversas figuras de destaque no cenário político e educacional do país, entre elas a intelectual Antonieta de Barros.

Nascida na cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, Antonieta de Barros, uma mulher negra, ocupou cargos como professora, diretora escolar, jornalista e foi eleita, em 1934, como a primeira deputada negra de Santa Catarina, menos de cinquenta anos após a abolição da escravatura. Ela, por meio da narrativa de sua trajetória, tornou-se uma voz potente presente na história da educação e política do sul do Brasil. Contribuiu, de forma emblemática, com o não apagamento ao qual as mulheres sofreram ao longo do tempo, revelando aspectos implícitos e explícitos de uma sociedade envolta “[...] aos valores morais tradicionais e cristãos, e que durante o período estudado oferecia poucas oportunidades de formação profissional e educacional superior às mulheres, principalmente as oriundas das classes populares” (Espíndola, 2015, p. 22).

As narrativas são capazes de circunscrever experiências singulares, o que se revela especialmente relevante ao abordar a formação docente e a reconstrução da história de determinados sujeitos. Por meio delas, é possível revisitar percursos, refletir sobre a própria prática e reavaliar trajetórias vividas.

Com isso, guiados por compreender como a figura da intelectual Antonieta de Barros influenciou a educação e a política brasileira, propomos aqui analisar sua trajetória, bem como as representações e memórias sobre a sua figura bem como sua relação com a celebração do Dia do Professor. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, com abordagem histórica e documental. O aporte teórico-metodológico fundamenta-se nos estudos da História da Educação (Saviani, 2007); nos debates sobre gênero e a inserção de mulheres na vida pública (Perrot, 2005); e nas contribuições do pensamento negro brasileiro (Gonzalez, 2020), que possibilitam problematizar sua atuação antirracista e a luta pelo acesso da população negra à educação como direito social.

Serão mobilizadas publicações acadêmicas sobre Antonieta de Barros, a fim de fornecer um aporte teórico-analítico na reconstrução de sua biografia intelectual. De forma complementar, recorremos, especificamente, a jornais do período em que Antonieta atuou como professora, escritora e deputada. A análise desses periódicos fornecerá a visão de como a imprensa construiu representações sobre sua figura e como essa imagem foi ressignificada ao longo do tempo, especialmente após sua atuação parlamentar na institucionalização do dia do professor. A análise documental buscará identificar marcas de valorização, silenciamento ou tensionamento em torno de sua atuação. Espera-se assim evidenciar como a trajetória de Antonieta de Barros permanece como referência na celebração do dia do professor no Brasil.

Trajetória intelectual de Antonieta De Barros

Como destaca Michelle Perrot (2005), a história das mulheres é marcada pelo apagamento de seus traços, sendo historicamente excluídas da esfera pública, política e dos registros oficiais. Historicamente, as mulheres precisaram lutar para transgredir o espaço privado, ao qual foram confinadas, e conquistar presença no espaço público. No contexto latino-americano, essa exclusão assume contornos ainda mais complexos, dada a articulação entre raça, gênero e classe social das mulheres ameríndias e americanas, como pontuado por Lélia Gonzalez:

O caráter duplo de sua condição biológica — racial e/ou sexual — as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque esse sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano (Gonzalez, 2020, p. 145-6).

A intelectual nasceu em 1901, cerca de 13 anos após a abolição da escravatura no Brasil, estando assim inserida em um contexto marcado por políticas racistas e de cunho higienista promovidas pelo Estado brasileiro. O abandono perante a população negra nesse período fica evidente por parte do Governo, após abolição, encontraram-se sem acesso à terra, educação, ou empregos dignos. Como bem-posto por Gonzalez:

No Brasil, o racismo — enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas — passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses (Ibid., 2020, p. 34).

Apesar disso, Antonieta escolheu permanecer em espaços que historicamente não foram pensados para ela. Essa escolha reflete uma trajetória marcada pela prática educativa e pela resistência política, que nasceram dentro de casa. Isso porque sua formação como educadora pode ser compreendida como um ato de insurgência, herdeiro das experiências de sua mãe, Catarina Waltrick, uma escrava liberta, lavadeira que transformou sua casa em uma pensão para estudantes (Fonseca, M., Henrique dos Santos, M, 2025, p. 63). Isso incentivou Antonieta de Barros e sua irmã, Leonor, a se alfabetizarem, aprendendo a ler e escrever. Educada em um lar em que se acreditava no poder de transformação da educação, a intelectual logo percebeu que esse poderia ser um caminho para a subversão da ordem colonial. Alfabetizada aos cinco anos, concluiu o ensino primário na Escola Lauro Müller e, aos dezessete, ingressou na Escola Normal Catarinense, onde se formou professora. Foi a única de sua família a completar o ciclo escolar.

Durante a sua trajetória, Antonieta de Barros lecionou na Escola Normal Catarinense, onde, a partir de 1934, ministrava as aulas de português e literatura. Atuou também no Colégio Coração de Jesus e no Colégio Dias Velhos, sendo neste último diretora, entre os anos de 1937 e 1945. Além disso, foi professora da escola atualmente denominada Instituto Estadual de Educação, entre 1933 e 1951, instituição da qual se tornou diretora entre 1944 a 1951. Além disso, em 1922, aos 21 anos, fundou o Curso primário, chamado Antonieta de Barros, voltado à alfabetização de filhos de famílias negras e pobres em Florianópolis (Memória política de Santa Catarina, 2025). Os alunos do curso demonstraram uma certa admiração pelo trabalho desenvolvido pela professora, como podemos observar no discurso de um dos estudantes concluintes do curso, em 1926, que disse;

Estamos, os vossos discípulos, aqueles em cujas inteligências derramais o fulgor da vossa inteligência, diante de vós, cara professora, **cumprindo o doce dever de agradecer-vos o devotamento e a bondade, a energia e o carinho que empregastes ensinando-nos, educando nossas mentes e corações.** (O Estado, 1926, p. 5, grifo nosso).¹

Antonieta dirigiu o curso ao longo de trinta anos, até o seu falecimento. Para a intelectual, à docência era uma forma de ação política. Sua prática educativa manteve-se sempre vinculada ao enfrentamento das desigualdades raciais e sociais. Durante a sua atuação em frente à gestão de escolas, em que atuou, foi marcada pelo compromisso com a qualidade do ensino e pela defesa do acesso igualitário à

educação pública. Após esse período de atuação na direção, aposentou-se aos 50 anos, embora tenha continuado a lecionar até o fim da vida.ⁱⁱ

Antonieta de Barros levava o seu pioneirismo para além dos limites da escola, também atuando como jornalista, escritora e deputada. Entre 1922 e 1927, fundou e dirigiu o jornal **A Semana**, se tornando a primeira mulher a trabalhar na imprensa catarinense. Em consonância com a ideia de que os excluídos precisam inventar modos de existir (Perrot, 2005), Antonieta de Barros publicava suas crônicas sob pseudônimo Maria da Ilha, o que fez com que pudesse ser mais ouvida e ultrapassar os limites impostos à sua voz. Além do jornal A semana, ela colaborou com os jornais A República, A Pátria e Folha Acadêmica. Durante a década de 1940, quando era diretora do Instituto de Educação, também publicou a coluna “Falando aos Moços” no jornal estudantil O Idealista (Espíndola, 2015).

Sob o pseudônimo Maria da Ilha, em 1937, tornou-se a primeira autora negra a publicar um livro em Santa Catarina, o **Farrapo de Ideias**, um apanhado de suas crônicas publicadas no jornalⁱⁱⁱ. Os lucros da primeira edição do livro foram doados para a construção de uma escola que tinha como objetivo atender filhos de pais internados no leprosário Colônia Santa Tereza. Antonieta se destaca na história por sua coragem de expressar suas ideias e sobre questões como a condição feminina e o racismo:

Não deixem que a raça, a cor, a riqueza e todos esses ridículos nadas em que muitas vezes as pessoas se perdem sejam motivos de distinção entre as crianças que o Senhor lhes confiou. Amem-nas com o carinho maternal que é natural em todas nós, mas multipliquem seus cuidados com aquelas que forem mais pobres em forças morais. (Barros, 1937, p. 231).

Por meio de sua ação política e educativa, pode desenvolver um projeto pedagógico antirracista, símbolo de luta e defesa a educação, que buscava, constantemente, ir contra as estruturas de poder responsáveis por negar à população negra o direito a leitura e a escrita. De acordo com Espíndola (2015), Antonieta tornou-se um ícone no combate às práticas racistas e excludentes, especialmente no contexto catarinense, onde sua memória segue impulsionando ações em favor da equidade educacional.

Na política, Antonieta tornou-se a primeira mulher negra eleita deputada em Santa Catarina, atuando na Assembleia Legislativa do estado. Como destacado por Espíndola (2015), sua eleição foi um ato de transgressão que desafiou um espaço de poder predominantemente masculino e branco. Como mulher, negra, pobre e filha de ex-escravizada, sua presença subverteu as estruturas de poder e os discursos normativos sobre corpos negros.

Desde a posse, evidenciou que levaria ao campo legislativo as mesmas ideias que norteavam sua prática docente. Seu discurso inicial no parlamento, centrado no tema da educação, já revelava isso:

Por isso, estou certa de que sendo o nosso desejo e nosso dever dar a Santa Catarina, um Estatuto básico, que consulte, antes de tudo e acima de tudo, os interesses e os anseios de sua gente, estou certa, dizia eu, de que, inspirados por Deus, a máxima Sabedoria, saberemos integrar o povo no seu direito de instrução, possibilitando-lhe os meios de ascender e devassar horizontes superiores (Jornal República, 23 de junho de 1935, grifo nosso).

Como deputada propôs projetos focados na escolarização profissional como mecanismo de ascensão social e na ampliação do dever do Estado com a educação

formal (Ribeiro, 2024, p.3). Pioneira em vários aspectos como visto até aqui, Antonieta de Barros desafiou as expectativas de uma sociedade que não reconhecia a sua existência como digna.

15 de outubro: institucionalização do Dia do Professor.

Para que o dia 15 de outubro viesse ser oficialmente declarado como **Dia do Professor**, houve um longo percurso histórico, com resistência por parte de autoridades políticas da época. Pela dissertação de Lígia Silva Pessoa (2023) intitulada **Dia do Professor no Brasil: Por uma história da institucionalização da data** pode-se compreender por meio dos periódicos da época, como esses movimentos de institucionalização dessa data ocorreram. A autora afirma que desde de 1920 há mobilizações do Dia do Professor no Brasil, mas somente após o projeto de lei criado pela Antonieta de Barros, na época Deputada Estadual do Partido Social Democrático (PSD), que foi oficializado essa data.

Dessa forma, ao pesquisar em periódicos Pessoa (2023) afirma que as primeiras aparições do projeto de lei criado pela Antonieta de Barros ocorreu que no dia 12 de outubro de 1948, por meio da publicação do jornal **Correio Paulistano** de São Paulo, no dia 12 de outubro de 1948, com a manchete “‘Dia do Professor’ Novas adesões - Santa Catarina oficializa o ‘Dia do Professor’ - As comemorações em São Paulo - Atividades da Comissão - O concurso sobre o ‘Dia do Professor’”, na qual anunciou a oficialização da data em Santa Catarina e de que estava circulando um projeto de lei sobre criado pela deputada Antonieta de Barros. Por meio dessa publicação, pode-se constatar que essa data já era oficializada em Santa Catarina e que havia chegado no sudeste brasileiro a proposta do projeto de lei de Antonieta de Barros.

Cinco dias depois, em 17 de outubro de 1948, Pessoa (2023) evidenciou que houve a publicação da manchete intitulada “Por motivo da Lei que instituiu o Dia do Professor” no jornal **O Estado de Florianópolis**, na qual consta o requerimento, via transcrição do telegrama de Antonieta de Barros para que o governador de Santa Catarina assine esse projeto de lei. A professora, jornalista e deputada, justifica o seu pedido “em justo e merecido relevo a numerosa classe do magistério, peço a V. Exa. receber da velha professora que sou, comprimentos cordiais, agradecimentos e a máxima admiração” (**O ESTADO**, 1948, p. 12).

Entretanto, o projeto de lei que estava sendo referido, havia sido mencionado anteriormente desta data, na publicação do dia 6 de outubro de 1948, neste mesmo jornal, **O Estado de Florianópolis**, no qual oficializou que:

PROJETO DE LEI

Institue o dia do professor e delega-o feriado escolar

Art. 1º - Fica instituído o DIA DO PROFESSOR, que se comemorará a 15 de outubro e será feriado escolar.

Art. 2º - Revogam-se as disposições contrárias. S.S. 5/X/9. (a) Antonieta de Barros (**O ESTADO**, 06 out. 1948)

Cruzando essa informação com a pesquisa de Zanella (2023) pode-se compreender que Antonieta de Barros estava realizando ações para que esse projeto de lei viesse a ser aprovado. No dia 5 de outubro de 1948, ela participou da assembleia e “ocupou a tribuna com eloquência, apresentando argumentos contundentes que evidenciavam

a necessidade de celeridade na apreciação e votação do projeto de lei em questão” (Zanelá, 2023, p. 148). E assim, após a discussão, os membros da Câmara dos Deputados da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em sessão, deliberaram sobre o Projeto de Lei nº 145, apresentado pela deputada Antonieta de Barros. Segundo a autora, esse ponto foi marcado durante o governo de João Goulart, que tornou-se logo em seguida, lei em todo território nacional e contribuiu “para o reconhecimento dos docentes e para a conscientização acerca da importância de seu trabalho na formação de uma sociedade mais justa e igualitária” (Zanelá, 2023, p. 139).

Antonieta de Barros e o Dia do Professor para além de Santa Catarina

Apesar de seu papel pioneiro na política e na educação catarinense, a trajetória de Antonieta de Barros permaneceu, por décadas, restrita aos limites regionais. O levantamento realizado na Hemeroteca Digital Brasileira mostra que, entre 1940 e 1959, o descritor com o nome da intelectual “Antonieta de Barros” apareceu cerca de 476 vezes, sendo 460 dessas menções localizadas em Santa Catarina e apenas 16 em outras regiões do país. Essa diferença expressiva revela o processo de apagamento nacional de sua imagem, mesmo diante da relevância de suas ações no campo educacional e legislativo.

Como argumenta Gonzalez (2020, p. 41), o silenciamento das mulheres negras na vida pública e intelectual revela o funcionamento de um sistema que “nega nossa condição de sujeitos históricos e políticos, relegando nossas experiências à margem do discurso oficial”. O apagamento da figura de Antonieta de Barros no cenário nacional ilustra precisamente esse mecanismo de epistemicídio, no qual a contribuição de mulheres negras é sistematicamente invisibilizada nos espaços de poder e na memória coletiva.

O Quadro 1 apresenta o levantamento das menções gerais a Antonieta de Barros na imprensa brasileira nas décadas de 1940 e 1950 nos periódicos brasileiros presentes na Hemeroteca Digital Brasileira.

Quadro 1: Menções a Antonieta de Barros nos periódicos.

Local / Estado	Número de Ocorrências (1940–1949)	Número de Ocorrências (1950–1959)	Total
Santa Catarina	240	220	460
Rio de Janeiro	9	5	14
São Paulo	2	0	2
Total (fora de SC)	11	5	16

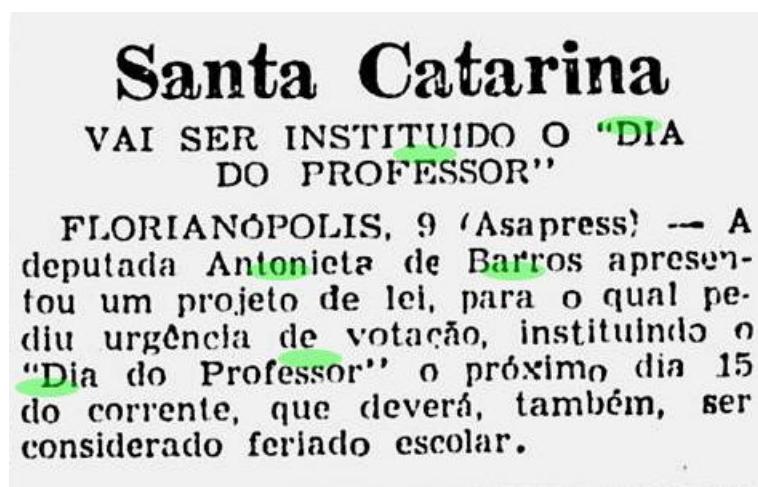
Fonte: Elaboração própria com base em levantamento na Hemeroteca Digital Brasileira (1940–1959)

Os dados evidenciam que quase 96,2% das menções a Antonieta de Barros durante o período analisado concentraram-se em Santa Catarina, enquanto os registros

nacionais se mostraram pontuais e dispersos. Esse cenário reforça a ideia de que sua imagem foi confinada a uma memória local, sem alcançar o devido reconhecimento histórico no plano nacional.

No entanto, o apagamento mais profundo se manifesta quando se observa a circulação do nome de Antonieta em associação direta ao Dia do Professor. Ao analisar a imprensa de outras regiões do país, constatou-se que apenas o Diário de Notícias, do Rio de Janeiro, mencionou seu nome nesse contexto, conforme Figura 1 abaixo.

Figura 1: Recorte da página do Diário de Notícias de 1948.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

As referências à autora da lei praticamente desaparecem quando o tema é a institucionalização da data fora do estado de Santa Catarina, o que revela um apagamento simbólico e político ainda mais profundo, no qual a contribuição de uma mulher negra à valorização do magistério é sistematicamente silenciada.

Esse apagamento da autoria feminina e negra na imprensa revela, portanto, uma disputa de memória: ao mesmo tempo em que o Dia do Professor se consolidava como celebração nacional, o nome de sua idealizadora era sistematicamente excluído do discurso público. Seu nome e suas ações foram reconhecidas de forma restrita, destacando-se apenas no seu estado, e ao ampliar olhar para além dos periódicos catarinenses, Antonieta de Barros se ausenta das manchetes.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, buscou-se reconstruir a trajetória intelectual e política de Antonieta de Barros, evidenciando seu papel pioneiro na educação, na política e na defesa da valorização do magistério. E, a partir disso, evidenciar como apesar de sua relevância histórica, seu nome ainda permanece pouco reconhecido fora de sua região natal. Mesmo com o surgimento de estudos recentes sobre sua vida e obra, o levantamento realizado nesta pesquisa, especialmente a partir das buscas em jornais e periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, revelou uma presença bastante limitada de referências à sua atuação na imprensa nacional. Essa escassez de menções contrasta fortemente com a magnitude de sua contribuição para a educação brasileira e para a luta antirracista, revelando o quanto sua figura foi

silenciada ou marginalizada nos circuitos de memória que moldam a narrativa histórica do país.

Esse apagamento, intencional ou não, reforça ainda mais a necessidade de ampliar os estudos sobre sua trajetória, por meio da utilização de outras fontes e do estabelecimento da checagem cruzada de informações, por exemplo. Além disso, está por ser feito também um mapeamento das redes de sociabilidades construídas por Antonieta de Barros. Enfim, temas que a envolvem diretamente ou indiretamente podem ser explorados de modo a garantir que sua memória ultrapasse fronteiras regionais e integre, de forma efetiva, o debate nacional sobre a História da Educação brasileira e a participação de mulheres negras na vida pública.

Revisitar sua trajetória, portanto, não se trata apenas de um exercício historiográfico, mas de um gesto político, uma forma de reinscrevê-la no espaço público, ainda que tardivamente. Significa tensionar as estruturas de poder que definem o que é digno de ser lembrado e quem tem direito à memória. Inserir Antonieta de Barros no debate nacional da História da Educação é um ato de resistência e de justiça epistêmica, que amplia o cânone da intelectualidade brasileira.

Notas

ⁱ Nas transcrições dos textos extraídos dos periódicos, será preservada a grafia original da época, a fim de manter a fidelidade à linguagem utilizada naquele contexto histórico.

ⁱⁱ MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Antonieta de Barros. 2025. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/68-Antonieta_de_Barros>. Acesso em: 09 de out. de 2025.

ⁱⁱⁱ Cátedra Antonieta de Barros - Educação para a igualdade racial e combate ao racismo. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Referências

- Barros, A. (1937). *Farrapos de idéias*. Florianópolis.
- Espíndola, E. M. (2015). *Antonieta de Barros: Educação, gênero e mobilidade social em Florianópolis na primeira metade do século XX*. Universidade Federal de Minas Gerais. <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/7adc3429-8b1d-442a-95e2-f62744255963/content>
- Fonseca, M., & Henrique dos Santos, M. (2025). Antonieta de Barros e as interseccionalidades: Entre ecos do passado e urgências do presente. *Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR*.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar.
- O Estado. (1926, 14 de dezembro). Curso primário “Antonieta de Barros”. O Estado, p. 5. Recuperado em 12 de outubro de 2025, de <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=884120&PagFis=13521&Pesq=%22antonieta%20Barros%22>
- O Estado de Florianópolis. (1948). Santa Catarina.
- Perrot, M. (2005). *As mulheres ou os silêncios da história*. EDUSC.

Pessoa, L. S. (2023). *Dia do professor no Brasil: Por uma história da institucionalização da data*. Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Ribeiro, J. R. (2024). As ideias pedagógicas de Antonieta de Barros: Uma contribuição à história da educação. *Revista História Da Educação*, 28. <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/137019>

Saviani, D. (2007). *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Autores Associados.

Zanelo, C. C. (2023). Antonieta de Barros e o Dia do Professor: Entre desafios e conquistas. In E. M. Ferreira (Ed.), Ciências humanas: Perspectivas teóricas e fundamentos epistemológicos (Vol. 2, 1^a ed., pp. 138–151). Atena Editora. <https://doi.org/10.22533/at.ed.16623150810>

Contribuição dos autores

Conceituação: Vinicius Carlos da Silva; Ana Beatriz Paiva Mendonça; Mayara Becker Oliveira da Silva

Curadoria de dados: Não se aplica

Análise formal: Ana Beatriz Paiva Mendonça e Mayara Becker Oliveira da Silva

Obtenção de financiamento: Não se aplica

Investigação: Vinicius Carlos da Silva; Ana Beatriz Paiva Mendonça; Débora Cristina de Souza Pereira; Mayara Becker Oliveira da Silva

Metodologia: Ana Beatriz Paiva Mendonça; Mayara Becker Oliveira da Silva

Administração do projeto: Vinicius Carlos da Silva; Ana Beatriz Paiva Mendonça; Mayara Becker Oliveira da Silva

Recursos: Ana Beatriz Paiva Mendonça; Débora Cristina de Souza Pereira; Mayara Becker Oliveira da Silva

Software: Não se aplica

Supervisão: Olivia Morais de Medeiros Neta

Validação: Não se aplica

Visualização: Vinicius Carlos da Silva

Redação – rascunho original: Ana Beatriz Paiva; Débora Cristina de Souza Pereira; Mayara Becker Oliveira da Silva

Redação – revisão e edição: Vinicius Carlos da Silva; Débora Cristina de Souza Pereira; Ana Beatriz Paiva Mendonça; Mayara Becker Oliveira da Silva